

DECISÃO DO PREGOEIRO

Item 14 – Microcomputador

DO RECURSO

Em apertada síntese, a Empresa recorrente (RL INFORMÁTICA) alegou em seu Recurso que (fls. 758-765):

a) A aceitação da proposta da Empresa FVR traria um “aumento” de 33,44% ao valor do custo do item 14, o que contrariaria o princípio da proposta mais vantajosa e dano ao Erário;

b) A indicação do fabricante do processador prevista no Edital estaria contrariando a jurisprudência do TCU visto que não haveria justificativa para tal exigência (cita julgados do Plenário do TCU - Acórdãos nºs 113/2016 e 2.829/2015);

c) Que a Administração não pode restringir a competitividade ou interpretar regras editalícias dessa forma e que seria desarrazoado desclassificar uma proposta com preço menor e produto superior;

d) O processador AMD ofertado seria superior ao exigido no Edital, citando análise técnica realizada por esse TRE-RN;

e) Que a Súmula nº 270 do TCU assim dispõe:

Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção.

f) Que a lei veda a licitação sem a previsão de similaridade ou de marcas:

Art. 7º, §5º da Lei 8.666/93: É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

g) Que não há justificativa no Termo de Referência ou no Estudo Técnico Preliminar que justifique a exigência exclusiva de processadores Intel.

DAS CONTRARRAZÕES

A Empresa recorrida apresentou Contrarrazões (fls. 755-758).

DA ANÁLISE DO SETOR TÉCNICO

O setor técnico apresentou a seguinte análise técnica (fls. 755):

“Após analisar a especificação do produto ofertado na proposta da empresa RL Informática, concluímos que a mesma de fato não atende o Termo de Referência nos seguintes itens:

- 1.3.3.5.2. Não possui 02 (dois) slots de PCI-E nas configurações X16 e X4;
- 1.3.3.6.1. Não possui 06 (seis) portas USB externas no padrão 3.1 ou superior;
- 1.3.3.1.1. Não possui processador Intel Core i7 ou Xeon.

As especificações foram colhidas direto no site do fabricante pelo modelo especificado na proposta, na seguinte URL: <https://www.lenovo.com/pt/pt/desktops-and-all-in-ones/thinkcentre/m-series-sff/ThinkCentre-M75s-Gen-2/p/11TC1MDM75S>

Ranhuradas de expansão

- 2x USB 3.2 (2.^a geração)
- 2x USB 3.2 Gen 1
- 4x USB 2.0

Ranhuradas de expansão

- PCIe 16x
- PCIe x1

Vale salientar que a exigência de chip Intel não restringe ou direciona uma marca específica de equipamento, uma vez que o chip processador é apenas um componente do computador, desta forma não restringe a concorrência, uma já que diversas marcas como Lenovo, DELL e HP possuem computadores com o chip Intel e participaram da licitação.

Esclareço que a exigência do processador Intel foi justificada no item 2.7.3.4.2 do Termo de Referência (transcrita abaixo) com o objetivo de padronizar os computadores dos servidores da equipe técnica da STIE, complementando a aquisição realizada no pregão 54/2022 - item 4 (PAE 31142022), conforme relacionado no item 2.1 e subitens dos Estudos Preliminares (PAE 11555/2022) que avaliaram a disponibilidade da solução similar.

2.7.3.4.2 Atender ao princípio da padronização, que permite manter a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, bem como, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas e interoperabilidade de todo o conjunto de equipamentos de TIC, sobretudo, resguardar e assegurar a compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente”.

DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Em relação ao informado pelo setor técnico, importa ressaltar na presente análise os princípios previstos na Lei nº 8.666/1993 (grifos nossos):

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a **seleção da proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do **julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos.*

Bem como do previsto no Art. 15 da mesma Lei sobre o princípio da padronização:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

*I - **atender ao princípio da padronização**, que imponha **compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho**, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.*

A já citada súmula 270 do TCU deixa claro a possibilidade de indicação de marca para atender ao princípio da padronização. Porém o Edital não faz uso desta liberalidade, especificando, no entanto, características que atendam aos aspectos técnicos e de desempenho, indicando tão somente o processar Intel como possível de manter esse padrão.

Nesse mesmo sentido, o acórdão 1521/2003 – TCU Plenário deixa claro que a indicação de marca é possível para atender ao princípio da padronização, conforme abaixo:

“A indicação de marca, desde que circunstanciadamente motivada, pode ser aceita em observância ao princípio da padronização.”

Além disso, cogitar aceitar produto ofertado pela Empresa recorrente que, além de contrariar exigências contidas em Edital (subitens 1.3.3.5.2; 1.3.3.6.1; 1.3.3.1.1) e devidamente justificadas tanto no Termo de Referência como no ETP - Estudo Técnico Preliminar (subitens 2.7.3.4.2 e 2.1; respectivamente), parece-nos deixar de observar diversos princípios tais como isonomia, seleção da proposta mais vantajosa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e da padronização.

Em sendo assim, restou claro que a proposta da Empresa recorrente não pode ser aceita nem muito menos se torna mais vantajosa visto que não atende a outras especificações técnicas contidas no Edital, sendo, portanto, a proposta da Empresa recorrida a mais vantajosa por ser a melhor classificada dentre as demais que ofertaram produtos nesse item e atender as especificações editalícias.

No mesmo sentido, a questão do processador AMD ofertado ter melhor desempenho do que o processador exigido no Edital, não parece ser o único critério a ser observado, inclusive por que, neste item, não se exigiu medição de performance.

Resta frisar ainda que a exigência de processador Intel pode ser amplamente atendida pelo mercado posto que marcas “como Lenovo, DELL e HP possuem computadores com o chip Intel e participaram da licitação”.

Oportunamente, informamos que está publicado no link https://www.tre-rn.jus.br/+theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-rn.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao-de-orcamento-e-contratacoes/gestao-das-contratacoes-do-tre-rn/planejamento-e-gestao-das-contratacoes/planejamento-das-contratacoes/dod-e-ep/2023/tre-rn_etp_stipoo2306_pae11555_2022/@download/file/TRE-RN_etp_stipoo2306_pae11555_2022.pdf os Estudos Técnicos Preliminares que embasaram a elaboração do Termo de Referência com justificativa prévia para adoção do princípio da padronização no tópico 2 dos referidos Estudos.

Por todo o exposto e considerando que os argumentos apresentados no Recurso (fls. 758-765) e nas Contrarrazões (fls. 755-758) são predominantemente técnicos e tendo este Pregoeiro decidido pela aceitação da proposta ora recorrida em observância à segunda análise técnica que consta nos autos (fls. 727) do respectivo processo administrativo; entendo, ao final, que o RECURSO **não procede** haja vista o apresentado pelo setor técnico (fls. 755) deste Tribunal quanto ao previsto e justificado tanto no Termo de Referência (Anexo I do Edital) como nos Estudos Técnicos Preliminares citados.

Manoel Nazareno Fernandes Filho
Pregoeiro

Natal, 19/05/2023.